

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXI)

## A LÍNGUA

Antes de descrever as linhas gerais da grande e impressionante revolução dos pacíficos e descontentes emigrantes italianos, é preciso tratar de um elemento fundamental de unificação e consolidação de uma Nação: a língua. A unidade lingüística está na base da organização e constituição de qualquer sociedade. Entretanto, não se deve confundir a unidade lingüística com a eliminação da diversidade de línguas. O fator importante a ser considerado no estabelecimento da unidade lingüística é a opção por uma ou mais línguas como instrumentos oficiais da administração pública.

A importância dada à língua, como elemento fundamental para a compreensão, convivência e unidade dos povos, pode ser observada desde a antiguidade. O primeiro exemplo, embora negativo e sempre lembrado, é a fato bíblico da Torre de Babel. A confusão das línguas, relata o autor bíblico, foi a causa do fracasso da construção da Torre, planejada para alcançar o Céu.

Para completar a unificação do Reino da Itália faltava estabelecer a língua oficial. É bom lembrar que o atual território da Itália estava dividido em dezenas de pequenos Estados independentes, que possuíam línguas próprias, umas bastante semelhantes, outras muito diferentes. Os promotores da unificação sabiam que era indispensável estabelecer uma língua oficial para consolidar o Estado Italiano. Sem uma língua oficial seria impossível governar.

Os procedimentos para estabelecer uma língua oficial na Itália não foram diferentes daqueles adotados pelos outros países europeus. De fato, pode-se dizer, havia dois caminhos a seguir. O primeiro, o mais fácil, consistia em eleger uma língua, entre as muitas línguas faladas no interior do território unificado, e proclamá-la como a língua oficial do novo País. O segundo caminho, mais complexo, entretanto mais justo, preservaria a diversidade das línguas assumindo as mais faladas como línguas oficiais. Foi o que aconteceu, por exemplo, na Suíça, na Bélgica, na Índia e outros países africanos. A Itália seguiu o exemplo da França. O francês atual era a língua falada na região de Paris. Na Itália, o dialeto falado na Toscana, em especial, na região de Florença, foi transformado em língua oficial do Reino da Itália, que passou a se chamar de Italiano. Em ambos os casos foram transformados em dialetos todas as demais línguas faladas. No caso da França havia em torno de 95 línguas ou dialetos. Algumas, como o provençal, o bretão, o normando eram faladas por elevado número de pessoas e ensinadas nas escolas.

Na Itália, com a declaração do Toscano como a língua oficial, as demais línguas passaram a ser denominadas de dialetos. Ma é bom lembrar que, segundo escreveu Carlos Castagna, "o italiano não era falado por ninguém. O próprio Cavour falava com o rei em francês ou em dialeto piemontês". A escola se encarregaria de garantir a difusão da fala e da escrita da língua italiana, ainda que em alguma região predominassem os dialetos na comunicação diária, especialmente entre o mais velhos.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXII)

## POR QUE O TOSCANO?

Para entender a elevação do dialeto toscano, ou língua toscana, em italiano, ou língua oficial do Reino da Itália, precisamos levar em consideração três pontos. O primeiro diz respeito às atitudes dos promotores da unidade italiana. Em nenhum momento a unificação da Itália resultou de movimentos populares. Não há nenhuma revolução ou revolta, promovidas por reivindicações das populações exploradas e marginalizadas. Ao contrário, tudo aconteceu por iniciativa dos poderes dominantes. Nenhuma consulta popular foi realizada. Ninguém propôs plebiscitos, nem para a unificação, nem para a escolha da forma e do regime de governo. Tudo foi imposto de cima para baixo. Portanto, não poderia ser diferente com a língua.

O segundo ponto, talvez, justifique plenamente a escolha do toscano, apesar da falta de consulta popular. Aqui, deve-se sublinhar que a literatura italiana floresceu quase que inteiramente na Toscana, principalmente na capital Florença (Firenze). Em Fiorentino, variante do Toscano, os grandes escritores, Dante, Petrarca e Boccaccio, escreveram suas obras imortais. Esses três autores desenvolveram suas atividades literárias particularmente no tempo em que viveram em Florença.

Penso ser interessante acentuar dois desses escritores nomeados, porque eram lembrados pelos primeiros imigrantes italianos, embora muitos fossem analfabetos. Dante Alighieri (1265-1321), autor da Divina Comédia, escrita em três grossos volumes intitulados Inferno, Purgatório e Céu, era freqüentemente citado, em especial passagens sobre inferno. A mais ouvida era "L'asciate ogni speranza voi ch'intrate" (abandonai toda esperança vós que entraís), que era a última linha de um cartaz colocado na entrada do inferno. Como esta citação era lembrada nos sermões de igreja, a população facilmente a repetia para lembrar o castigo eterno do inferno.

Boccaccio era o segundo escritor muito lembrado como exemplo de um homem perverso e devasso devido à sua principal obra o Decamerão, apontada pelas autoridades eclesiásticas como um livro cheio de perversidades e licenciosidades, onde se ridicularizam os valores religiosos e cristãos. É neste sentido que foi lembrado pelos imigrantes.

Para reforçar a importância cultural da Toscana, em particular Florença, entre outros escritos e artistas importantes, é bom lembrar Leonardo da Vinci (1451-1519) que, também, teria pintado o célebre quadro Mona Lisa, nos tempos em que viveu em Florença, hoje exposto no museu do Louvre em Paris.

Após o que foi dito acima, o terceiro ponto deixa claro que a escolha, através de uma consulta popular, poderia referendar a língua mais falada e não a língua com maior riqueza literária. No caso, sem sombras de dúvida, o vênето era a língua falada pelo maior número de pessoas, abrangendo grande parte do norte da Itália. Não se pode esquecer que era, também, a língua falada, em suas diversas variantes, por boa parte dos imigrantes vindos ao nosso Estado. Este tema será tratado no próximo texto com mais detalhes.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXIII)

## DUAS PALAVRAS SOBRE O VÊNETO

A formação de um País a partir da unificação de vários Estados menores se, por um lado, possibilita maiores oportunidades de desenvolvimento, por outro, provoca uma série de perdas inevitáveis. Na esfera da diversidade cultural, com certeza, ocorrem as maiores perdas. E no interior das diferentes culturas, as línguas são as que mais sofrem. O esquecimento é o primeiro passo, o último é o seu desaparecimento total.

Ninguém duvida que na constituição de um País é indispensável estabelecer uma língua oficial como meio de comunicação entre todos os indivíduos que constituem a sua população, e como instrumento necessário para que o governo possa tomar as decisões políticas administrativas cabíveis.

Na maioria dos casos em que um País surge da unificação de outros estados, a língua oficial surge da decisão da escolha de um dialeto regional. Foi o que aconteceu na Itália pela escolha do toscano. A língua mais prejudicada, sem dúvida nenhuma, foi a língua vêneta.

Atualmente há uma série de lingüistas estudiosos da língua vêneta, desde as suas origens até os dias de hoje. Poucos sabem que o vêneta foi durante mais de mil anos a língua oficial da Sereníssima República de Veneza. Era, em relação às demais línguas faladas no atual território italiano, a mais falada.

O lingüista italiano, Gianfranco Cavallin formado em Letras, certamente é a maior autoridade sobre as questões da língua vêneta. Dois livros trazem os mais precisos conhecimentos sobre a língua e o povo vêneta, desde as suas origens até o possível destino.

Um desses livros tem como título esta pergunta: Existe a língua vêneta? É óbvio, a resposta do autor é longa e bem fundamentada, que será apresentada resumidamente.

Ele afirma que o vêneta é uma língua indo-européia do tipo ocidental independente, portanto ela não seria originária do latim, mas, apenas prima. Em favor de existência da língua vêneta ele aponta sete datas importantes:

1853, quando o vêneta foi reconhecido como língua.

1882, quando foi reconhecida a existência de uma etnia, chamada "Vênetos".

1885, quando os Vênetos foram reconhecidos como povo.

1950, quando o lingüista alemão, Krahe, prova que o vêneta é uma língua autônoma.

1954, quando, pela primeira vez, o vêneta entra na universidade como matéria de estudo.

1959, quando foi demonstrado que há uma unidade vêneta.

1967, data em que houve o reconhecimento acadêmico do vêneta como Língua Indo-européia Ocidental.

Se neste livro, Gianfranco, se entusiasma pelo reconhecimento da língua vêneta, em sua outra obra, Os Últimos Vênetos, ele reconhece que o vêneta é mais falado pelas pessoas velhas e pouco pelos jovens. Esses, em geral entendem, mas não falam. Assim, quando os vêneta falantes (venetófonos) desaparecerem, com eles desaparecerá, também, a língua.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXIV)

## A DIVERSIDADE DE LÍNGUAS

Há algum tempo surgiu um movimento muito forte, patrocinado especialmente pelas Universidades de todos os países, para tentar salvar ao máximo possível a diversidade lingüística. Muitos comparam o esforço dos lingüistas na preservação da variedade de línguas ao esforço dos ecologistas e dos biólogos na preservação da variedade das espécies de seres vivos. Ninguém dúvida de que, se não houver uma consciência maior, muitas espécies vivas, já ameaçadas, podem ser extintas, como tantas que já o foram. Em relação à línguas, várias centenas, talvez, milhares já desapareceram e muitas outras poderão ter o mesmo destino. Segundo pesquisas recentes, em torno de duas dezenas de línguas desaparecem todos os anos.

O processo de desenvolvimento globalizado e os meios de comunicação são os maiores responsáveis pela exclusão das línguas populares. Inicialmente, a imposição de uma língua oficial de um país forçou o abandono dos dialetos. As escolas, em muitos casos, somente podiam ensinar a língua oficial do próprio país ou de outros países. Os dialetos eram vistos como empecilhos para aprender a língua vernácula. Depois surge a era das ciências e da tecnologia que impõe o domínio da língua na qual se realizam as pesquisas e as descobertas científicas. Hoje, não é preciso dizer, o inglês é a língua que predomina. Basta entrar na linguagem da informática ou, simplesmente, prestar atenção ao que se fala na economia, na agricultura, nas finanças, nos negócios, etc. para se ter uma idéia de quantas palavras inglesas aparecem.

Diante deste fenômeno que, para alguns, caminha para monolingüismo, contrapõe-se um trabalho de valorização das línguas marginalizadas ou dialetos. Mas para preservar uma língua não basta realizar estudos, é preciso assegurar condições para que ela seja falada. Voltando a comparar a sobrevivência de uma língua à sobrevivência de uma espécie de animais ou vegetais, não basta estudá-los, mas é preciso preservar o seu habitat natural.

A escola é, em princípio, o lugar para se aprender línguas, mas como os dialetos não são ensinados, é preciso encontrar outros caminhos. É comum verificar que os dialetos são línguas de comunicação familiar ou local. Um fato facilmente constatado, até pouco tempo, entre os descendentes de imigrantes italianos e alemães. Na escola se aprendia o português e em casa ou na rua se falava dialeto. Aos poucos, particularmente com a imposição de se falar somente o português, as falas dialetais foram diminuindo.

Muitos podem perguntar, por que preservar os dialetos? Eles não têm utilidade nenhuma. De fato, os dialetos podem não ter utilidade prática, mas existem, na vida de cada um, coisas que se assumem não pela utilidade, mas por outros valores. E os dialetos por serem línguas familiares, podem não servir para falar de ciências, mas expressam os sentimentos, os afetos ou as emoções da vida diária. Um exemplo, os escritos em talian, como o Nanetto Pipetta, são melhor compreendidos por quem fala e entende o talian, do que quem precisa de tradução. Mais adiante falaremos do valor da nossa língua, o "Talian".

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXV)

## MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Os movimentos migratórios são fenômenos que sempre fizeram parte da história da humanidade desde suas origens. Os antropólogos e historiadores continuam fazendo pesquisas sobre as migrações para explicar a formação de povos e de culturas. As grandes migrações do final do século XIX e início do século XX, entre as quais está a imigração dos italianos para o Brasil, continuam merecendo muita atenção dos estudiosos.

É bom lembrar, também, que entre os animais, aves e peixes ocorrem os movimentos migratórios. Todos os dias a imprensa noticia fatos e problemas que surgem nestes processos migratórios, tanto com os animais, tanto com os humanos.

As razões das migrações para os animais são determinadas pela sua ordem biológica. É um determinismo de sua natureza. As migrações humanas, ao contrário, são estabelecidas pelas suas decisões em nome de múltiplas razões.

Os estudiosos das correntes migratórias costumam classificar as migrações em definitivas e temporárias. As definitivas são aquelas em que as pessoas deixam o seu país ou região para se fixar em outros países, sem intenção de voltar. A decisão de não voltar pode ser por impossibilidade de retornar ou porque julgam que a nova pátria oferece melhores condições de vida. Elas podem ser internas, as que acontecem dentro do próprio país, ou externas, as que se dirigem para outros países.

Em todas as situações pode-se dizer que as principais causas que levam as pessoas a migrar, em primeiro lugar, está a busca de uma sobrevivência digna para si e para sua família, com a esperança de bem-estar e vantagens econômicas. Nas migrações temporárias, geralmente, vai um membro da família para obter bons ganhos e, um dia, voltar para abrir seu próprio negócio.

No caso dos imigrantes italianos, na sua maioria, saíram sabendo que dificilmente voltariam para a terra natal. A saudação dos que partiam, dirigida aos que ficavam, era: *Arivederci, al paradiso.* (Nos veremos no céu).

Havia, também, outras razões para migrar, provenientes de perseguições políticas ou religiosas. Os Estados Unidos, por exemplo, receberam muitos imigrantes vindos do Reino Unido e Irlanda por questões políticas e religiosas. Os judeus, certamente, foi o povo que mais recorreu a sucessivas migrações devido à questão religiosa.

Nos tempos modernos, com o surgimento dos países independentes, os movimentos migratórios sofreram muitas restrições. Cada governo criou leis para controlar e selecionar a entrada de imigrantes. As fronteiras são fechadas por barreiras policiais ou, até, por muros e cercas elétricas. Diante desta política restritiva aos imigrantes surgiu a figura do imigrante clandestino, que está sendo alvo de prisões e deportações. Os nossos bisavós vieram antes.

## UMA PAUSA

Peço licença para fazer uma pausa na seqüência dos relatos sobre os Caminhos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Achei fundamental, diante de possíveis mudanças na política italiana de concessão da dupla cidadania, apresentar algumas observações que, certamente, interessa a quem pretende obter esse benefício e aos que já o possuem.

É notório que a Itália desenvolveu, nas últimas décadas, uma política diplomática muito avançada em relação aos descendentes de imigrantes italianos, sem limites de tempo, concedendo a dupla cidadania. No início, os processos andavam rapidamente. Na medida em que o número de pedidos aumentava, o tempo em receber o benefício, também, aumentava. Hoje existem, em todos os consulados, filas enormes de processos que andam lentamente, quase parados, sem previsão de deferimento.

Essa confusão se deve, basicamente, a três fatores: falta de funcionários nos consulados; aumento de encaminhamento de pedidos e, o que é mais preocupante, a tendência de mudanças da política italiana quanto à concessão da dupla cidadania.

Foi este último aspecto que me levou a fazer esta pausa para trazer, tanto aos que já possuem a dupla cidadania, tanto aos que a estão solicitando, alguns fatos para uma reflexão séria.

Primeiro fato. O Ministério do Exterior da Itália, através de sua Secretaria Geral para os italianos no exterior, relançou o projeto de um mutirão específico para superar os procedimentos burocráticos e acabar com as filas de processos nos consulados. Só no Brasil, sem contar outros países da América Latina, há 500 mil pedidos de dupla cidadania. O projeto prevê atender a todos até o ano 2010.

Segundo fato. Junto com a retomada do projeto, a Comissão de Constituição da Câmara dos Deputados retomou o debate sobre a reforma da lei que concede a dupla cidadania. Aqui começa a possibilidade de restringir o benefício.

Terceiro fato. Este merece muita atenção. Na última semana de junho, o senador Alfredo Mantica, subsecretário de Relações Exteriores, responsável pelos italianos no exterior, esteve em Buenos Aires e São Paulo. Numa entrevista ao jornal argentino Clarin, ele firmou que o governo de Silvio Berlusconi tem a intenção de adotar normas mais restritivas para a concessão da cidadania. Por isso, o "pedido de cidadania deveria ser completado com cursos de formação, no que se refere à aprendizagem da língua e da Constituição italiana e os princípios fundamentais de sua democracia". Por fim, o senador, criticou o "uso puramente instrumental" da cidadania italiana, citando, como exemplo, os milhares de jovens que após adquirirem o passaporte italiano, optam por radicar-se na Espanha, Inglaterra e Estados Unidos. "Quase nenhum deles sabe falar italiano e possuem uma vaga idéia da história e da atualidade da Itália".

Diante do exposto, se me permitem os que me honram com sua leitura, e sem falsa modéstia, quero lembrar que os textos que venho escrevendo têm como objetivo principal promover um maior conhecimento da Itália, a pátria mãe de nossos avós e bisavós, e uma segunda pátria daqueles que adquiriram a cidadania italiana.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXVI)

## POR QUE EMIGRAR?

Os movimentos migratórios, como já foi lembrado, são fenômenos que aconteceram desde o início da história humana. As suas razões, também, já foi dito que são múltiplas e diversas. O que interessa, neste momento, é saber por que os italianos, depois da unificação da Itália, resolveram emigrar em massa para outros países. A história desta imensa aventura italiana está sendo objeto de novos estudos e avaliações por historiadores italianos. Aqui, evidentemente, o objetivo principal é descrever a trajetória dos nossos avós ou bisavós que chegaram ao Rio Grande do Sul.

Para facilitar a compreensão desta história é preciso lembrar, não apenas as razões que levaram as pessoas e famílias decidirem vir ao Brasil e, especialmente, ao Rio Grande do Sul, mas, também, às circunstâncias que levaram a tomar tal decisão.

Neste sentido é possível classificar duas categorias de razões. Uma, que pode ser chamada de interna ou de foro íntimo, está diretamente ligada aos interesses daqueles que decidem migrar. A outra, que é de nível externo, consiste nas circunstâncias ou condições que estimulam e favorecem os indivíduos a emigrar. Essas circunstâncias ou condições externas, muitas vezes, acabam forçando as pessoas a emigrarem como única alternativa de um futuro melhor.

No caso dos imigrantes italianos, vindos ao Rio Grande do Sul, as duas categorias de razões estão bem definidas. As razões internas, embora sejam de ordem subjetiva, isto é, cada um tenha seus motivos pessoais, no fundo todas tinham um objetivo comum. Mais adiante voltaremos ao assunto.

As razões externas podem ser atribuídas às condições dos países ligados ao movimento migratório. De um lado está o país que busca atrair imigrantes, no caso o Brasil. Do outro lado está o país que favorece e possibilita que seus cidadãos possam livremente emigrar para outros países, no caso a Itália.

Sempre que se houve contar as difíceis situações vividas pelos imigrantes italianos, em particular, e dos demais imigrantes, pouco se presta atenção sobre a situação do país de origem. Quase tudo gira em torno do fantasma da fome e da miséria. Poucos são os que se lembram da participação ou da omissão dos governantes na tomada das decisões, por populações inteiras, de abandonar a própria pátria e aventurar-se em terras desconhecidas com pouca ou nenhuma assistência das autoridades de seu país. Em geral, se constata um total desconhecimento sobre o país de origem, particularmente por parte dos descendentes de segunda ou terceira gerações.

Em relação ao país de destino, a nova pátria, a situação não é muito diferente. As informações mais repetidas giram em torno do não cumprimento das promessas recebidas, como atrativo para emigrar, e de um quase abandono à própria sorte em meio a um ambiente natural desconhecido e hostil, tendo cada um que contar com sua coragem, seu trabalho e a solidariedade dos vizinhos para sobreviver e construir sua nova vida.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXVII)

## POR QUE O BRASIL?

Quando, entre nós gaúchos, se fala da imigração italiana, geralmente as atenções ficaram concentradas nas quatro Colônias Imperiais, aqui fundadas. Pouco se fala dos imigrantes que se fixaram em outras regiões do Brasil. Os maiores contingentes de imigrantes italianos chegaram no final do século XIX e início do século XX. Seis estados receberam as maiores levas de imigrantes. Embora as estatísticas sejam um pouco divergentes, pode-se aceitar que entre 1875 e 1935 chegaram ao Brasil em torno de um milhão e quinhentos mil italianos, assim distribuídos: São Paulo, um milhão e duzentos mil, mas como substituição do trabalho escravo, teriam sido trinta e cinco mil; Rio Grande do Sul, cem mil; Minas Gerais, sessenta mil; Espírito Santo, vinte cinco mil; Santa Catarina, também, vinte e cinco mil; e Paraná, vinte mil. Hoje, o Espírito Santo é, proporcionalmente à população, o estado brasileiro com maior percentual de descendentes italianos.

Entretanto, é bom lembrar que estes grandes grupos de imigrantes não foram os primeiros italianos a chegar ao Brasil e ao nosso Estado. Apenas para exemplificar, já no início do século XIX era possível encontrar numerosos italianos nas cidades da campanha da região sul do estado e no porto de Rio Grande. O tema será retomado mais adiante.

Os imigrantes italianos, na maioria vênets, optaram pelo Brasil não propriamente por uma escolha planejada, mas devido às circunstâncias casuais. Todos os que conhecem um pouco da história do Brasil, colonial e imperial, sabem que, desde o descobrimento, faltou mão-de-obra para o processo de ocupação e de desenvolvimento do seu território. O primeiro recurso para suprir essa carência de mão-de-obra foi apelar para o tráfico de escravos. Surgiram, assim, as companhias de navegação dedicadas, com sua frota de navios negreiros, ao transporte de milhares de negros da África para o Brasil. O destino desses escravos, inicialmente, era a extração de riquezas naturais, como as minas de ouro. Com a grande valorização do açúcar e do café, os escravos foram encaminhados para os canaviais e cafezais. Por fim, à criação de gado.

Na metade do século XIX, com o surgimento de uma política anti-escravagista, comandada pela Inglaterra, quando em 1845 o Parlamento Inglês aprovou a Lei Bill Aberdeen, que proibia o tráfico de escravos e dava poder aos navios ingleses aprisionarem os navios de outros países que transportassem escravos. Esta política inglesa não tinha como objetivo salvar os escravos, mas expandir seu projeto econômico. O que, em parte, não desmerece totalmente a política anti-escravagista.

O Brasil, pressionado por essa política inglesa, proíbe o tráfico de escravos pela Lei Eusébio de Queiroz em 1850. Em 28 setembro de 1871 é proclamada a Lei do Ventre Livre. Em 1885 é promulgada a Lei do Sexagenário. E, por fim, em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel promulga a Lei Áurea. Acabava assim, no Brasil, oficialmente a escravidão negra e abria uma enorme crise para sua economia latifundiária.



# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXVIII)

## OS INTERESSES DO BRASIL

A economia do Brasil Império estava ameaçada a desaparecer por falta de trabalhadores que substituíssem os escravos. Havia somente um caminho, conseguir trabalhadores livres. Os profissionais liberais e os grandes proprietários de terras, que na sua maioria eram contra a abolição, recorreram ao governo imperial para buscar soluções urgentes. Todos concordavam que para conseguir trabalhadores livres seria necessário oferecer alguns atrativos. Além disso, seria fundamental que esses trabalhadores fossem de inteira confiança.

É interessante observar que, oficialmente, não houve uma política que visasse transformar os escravos em trabalhadores livres. O governo poderia oferecer certas vantagens aos antigos senhores de escravos que os assumissem como empregados livres. A idéia mais freqüente, que circula entre os historiadores, é de que os escravos não queriam mais trabalhar para seus antigos patrões. Há, também, um outro aspecto a considerar, os senhores de escravos receberam indenizações pela perda de seus escravos libertos, afinal eles os tinham comprado. Hoje, se pergunta: se não deveria ser o contrário? Quem devia ser indenizado deveria ser o escravo.

Antes mesmo de acontecer a abolição, diante do crescente aumento de apoio dos movimentos anti-escravagistas, as esferas governamentais e os grupos conservadores, comandados pelos usineiros e cafeicultores, voltaram seus olhares para os países europeus, cujas terras já estavam esgotadas e a mão-de-obra rural era abundante.

Era preciso agir imediatamente em nome de três interesses fundamentais. O primeiro, o mais urgente, era substituir a mão-de-obra escrava. O segundo, não menos importante, era ocupar terras devolutas e introduzir outra matriz agrícola. O terceiro, menos lembrado, era uma preocupação sociológica de branqueamento da população brasileira.

No final do século XIX, observando os países europeus, a Itália era o único que apresentava os fatores favoráveis para possíveis emigrações. A Alemanha, que sofrera com fortes emigrações, inclusive para o Brasil, conseguira estancar tal êxodo graças a sua rápida industrialização com Bismarck. E já se tornava um atrativo de imigrantes. A Itália, ao contrário, estava no início da consolidação de sua unidade, seu processo de industrialização estava atrasado e lento. Sua população estava concentrada na área rural que, na sua maioria, vivia em extrema pobreza, sem perspectivas de futuro.

O norte da Itália, em especial a região do Vêneto, oferecia a "matéria-prima" humana ideal de que precisava o Brasil. Os vênnetos, segundo avaliação do próprio serviço de recrutamento, eram tidos como um povo "manso, respeitoso, trabalhador e também limpo". Além disso, eram da mesma cultura latina e religião católica como os portugueses.

Diante deste quadro favorável, o governo brasileiro tratou de organizar o serviço de recrutamento, ofereceu viagem de graça e prometeu um pedaço de terra para cultivar, assistência inicial e vantagens para se instalar dignamente.

# CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (XXIX)

## UMA SURPRESA DESAGRADÁVEL

Diante das ofertas brasileiras, proclamadas pelos recrutadores que, muitas vezes, por interesse das companhias navegadoras, não tinham escrúpulos em aumentar as vantagens, os camponeses italianos aderiram em massa ao sonho de "far la cucagna" (fazer fortuna) no Brasil, sem conhecer os detalhes do compromisso assumido e sem saber claramente o destino definitivo no imenso território brasileiro. Nunca foi dito aos emigrantes que o projeto brasileiro de imigração abrangia seis estados com características e necessidades muito diferentes.

Minas Gerais e São Paulo precisavam de mão-de-obra para trabalhar nos canaviais e nos cafezais. Trabalhos pouco conhecidos dos imigrantes. Por outro lado, o clima era muito diferente do clima do norte da Itália. O problema mais grave estava no relacionamento com os patrões, usineiros e cafeicultores. Esses, acostumados em tratar os escravos na base da chibata, pensaram que poderiam agir da mesma maneira com os imigrantes, que, por sua vez, já chegavam revoltados contra a exploração dos patrões italianos.

O começo, para os imigrantes italianos encaminhados para os estados de São Paulo e de Minas Gerais, foi de desencanto, de desilusão, em alguns casos, de revolta e com frequência de fugas para o norte da Argentina. No centro deste impacto pouco animador, os imigrantes recém chegados, se deram conta que, na onda do entusiasmo de um futuro melhor graças à conversa dos recrutadores, não se haviam preocupado com os detalhes das promessas e, o que foi pior, haviam assinado um contrato em branco, por força do qual as autoridades brasileiras se reservavam o direito de conduzir os imigrantes para aquelas regiões e trabalhos de interesse do governo. Em nome dessa cláusula contratual o governo brasileiro conseguiu encaminhar um grande contingente de imigrantes italianos para São Paulo, exatamente para substituir o trabalho escravo. Pela mesma razão Minas Gerais recebeu seus imigrantes. O Rio Grande do Sul, com outros cinco estados, tinha outras razões para receber imigrantes.

Assim, aos imigrantes, não cabia outra atitude que a de resignar-se e buscar uma saída para um dia obter sua propriedade. Por sorte, na época, a idéia de uma agricultura, baseada no binômio imigrante-pequena propriedade, era defendida pelos economistas. Fato que estava dando certo nos Estados Unidos. Os latifúndios escravocratas estavam dando lugar a um projeto generalizado de uma agricultura baseada na pequena propriedade, trabalhada pelas mãos do proprietário, imigrante ou não, e sua família. Países, como a Alemanha, a França e a Irlanda, já haviam implantado esse sistema de ocupação da terra e de produção com pleno êxito. Por que não haveria de dar certo no Brasil? Perguntavam-se alguns políticos e economistas brasileiros.

Atualmente se sabe que a pequena propriedade, trabalhada pela família, transformou radicalmente a produção agrícola nos estados ocupados pelos imigrantes italianos e outros.